



# Anais da Assembléia

Nº 57

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 38.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1990  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Bárbara, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Paulino José Delazeri, Quielse Crisóstomo e Rafael Greca (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação e votação da Ata.

A SRA. VERA AGIBERT - Eu requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nomi-

nal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

29 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/SAT/87, 88 e 89/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

199/89: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que cria o Município de VENTANIA, com território desmembrado do Município de Tibagi, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.244. Anote-se. Arquite-se.

206/89: De autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de NOVA LARANJEIRAS, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.249. Anote-se. Arquite-se.

254/89: De autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de VIRMOND, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.250. Anote-se. Arquite-se.

Sob o n.º 122/GP, do Senhor Paulo Carneiro Ribeiro, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, dando conhecimento à esta Casa, de Carta enviada ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a respeito da elaboração do anteprojeto de Lei do Meio Ambiente, apresentado pelo Senhor Governador do Estado. O intuito é revelar que, embora parte do grupo de Trabalho designado pelo Senhor Governador para estudar e propor a minuta do anteprojeto, nosso representante não foi consultado, o mesmo ocorrendo com outras entidades de classe e de órgãos do próprio Estado. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 79/90, do Senhor Desembargador Jorge Andriguetto - Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do despacho proferido nos Autos de Mandado de

Segurança n° 11070-9, em que é impetrante o Município de Goioerê e, impetrada esta Assembléia Legislativa. Ao conhecimento da Casa.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1.382**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja concedido Regime de Urgência ao projeto de lei que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de MALU, com território desmembrado do Município de Terra Boa e divisas que especifica.

Requer-se ainda, sua inclusão na Ordem do Dia com Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 1.381**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja concedido Regime de Urgência ao projeto de lei que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de PARANÁ D'OESTE, com território desmembrado do Município de Moreira Sales e divisas que especifica.

Requer-se ainda, sua inclusão na Ordem do Dia com Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 1.377**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 35/90.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

**REQUERIMENTO N° 1.399**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 171/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 3.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

**REQUERIMENTO N° 1.376**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 170/87, que cria o Município de CANDÓI, da Ordem do Dia, após aprovação em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

**REQUERIMENTO N° 1.392**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) WERNER WANDERER

**REQUERIMENTO N° 1.391**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação da Assembléia Legislativa do Paraná em Comissão Geral, para apreciação do Projeto de Lei n° 335/89, de sua autoria, que cria o Município de São Pedro do Iguaçu, desmembrado de Toledo, e no qual já está anexado o resultado do plebiscito promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral que consagrou ampla maioria da população favorável à emancipação.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) SABINO CAMPOS

**REQUERIMENTO N° 1.398**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para que no próximo dia , durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao PROJETO DE RESOLUÇÃO n° , de autoria da Deputada VERA W. AGIBERT, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) VERA AGIBERT

**REQUERIMENTO N° 1.379**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto no art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para que no próximo dia 23/05, durante a sessão Plenária, para apreciação e parecer ao PROJETO DE LEI n° 239/90, de autoria da Deputada VERA W. AGIBERT, que declara de Utilidade Pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 1.367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja instituída uma Comissão desta Casa, com objetivo de avaliar adequadamente a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a ser apreciada em data próxima.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1.361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja marcada para o dia 20 de junho de 1990, às 15:00 horas, a solenidade de entrega de Título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Doutora ROSY DE MACEDO PINHEIRO LIMA - primeira mulher a ser eleita Deputada Estadual no Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1.387

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pelo transcurso do décimo segundo (12°) ano do matutino diário, "Programa Anísio Moraes Notícias", apresentado pela Rádio Difusora Colméia, no Município de Campo Mourão, a ser comemorado no próximo dia 01 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Há mais de uma década o Programa diário do Senhor Anísio Moraes vem se destacando pela inestimável contribuição que presta à comunidade campo-mourãoense, bem como a toda microrregião 12 do Estado.

Cumprindo o verdadeiro papel e função do comunicador, o Senhor Anísio Moraes sempre se preocupou em veicular a notícia sem parcialidades, ora denunciando, elogiando, criticando, face ao comentário que a matéria em questão requer.

Com uma programação aberta à popula-

ção, com espaços para entrevistas, debates e sugestões, vem dando sua parcela de contribuição para a participação comunitária organizada.

Que a presente homenagem represente os cumprimentos do Poder Legislativo e os sinceros desejos de que esta conduta ímpar continue a nortear os rumos do programa líder de audiência no Vale do Piquirivaí.

Requer-se, ainda, que do presente seja dada ciência ao Senhor Anísio Moraes, Rádio Difusora Colméia, Avenida Capitão Índio Bandeira, 1.115 - Edifício Antares - 5° andar - Campo Mourão - CEP 87.300.

REQUERIMENTO N° 1.390

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual NELSON VASCONCELOS que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Doutor Osmar Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná e ao Doutor Edson de Assis Ribeiro, Engenheiro Responsável pelo Escritório Regional da EMATER em Umuarama - Paraná, por ocasião da realização do I Encontro Regional de Olericultura, nos dias 23 e 24 de maio próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Este evento é de grande importância, tendo em vista a aproximação na região de produtores, pesquisadores, extensionistas, professores e estudantes, onde poderão ser discutidos os recentes avanços na produção de hortaliças da nossa região.

REQUERIMENTO N° 1.363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações ao Senhor SAUL BONIFÁCIO DOS SANTOS e à Senhora MARIA DAS DORES MOREIRA ALVES, pela posse como Juizes Classistas Temporários da Junta de Conciliação e Julgamento de Ivaiporã-PR, em 18 de maio de 1990.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas acima citadas nos seguintes endereços:

. SAUL BONIFÁCIO DOS SANTOS

Rua das Flores, s/n - Vila Santa Maria

86.870 - IVAIPORÃ - PR

. MARIA DAS DORES MOREIRA ALVES

Rua F. Rother, 250

86.870 - IVAIPORÃ - PR

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1.364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Delegado de Polícia Nativo Gurgel e ao Cabo Antônio Schefer, pelo ato de bravura e cumprimento do dever na solução do seqüestro de Valdyr Sembay e Luiza Inês Villanewski, impedido no Município de Bituruna no último dia 06.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O Delegado Nativo Gurgel e o Cabo Antônio Schefer, cumpriram seu dever com bravura, frente às operações que resultaram na solução do seqüestro de Valdyr e Luiza, ocorrido no último dia 06, na localidade de Bituruna, motivo pelo qual merecem o reconhecimento por parte desta Casa.

REQUERIMENTO N° 1365

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado congratulações, em nome do Presidente Prof. Nadir Silva Castro, extensivo a todos os membros da Diretoria Executiva e todas as Comissões que compõem o Curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, por ocasião das comemorações dos 30 anos da Engenharia Florestal no Brasil.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pela posse junto ao Sindicato Rural de Ivaiporã, aos Senhores EVALDO WESSLER (Presidente) e ALCEBIADES ALVES (Tesoureiro), em 18 de maio do corrente ano em Ivaiporã-PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas citadas no seguinte endereço:

. Sindicato Rural de Ivaiporã.

Av. Tancredo Neves, 4235.

86.870 IVAIPORÃ - PR.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. ÁLVARO FERNANDES DIAS, Digníssimo Governador do Estado e a Exma. Sra. GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educa-

ção, reiterando solicitação formulada em agosto de 1989, no sentido de que sejam determinadas providências para a implantação do Curso de 2° Grau na ESCOLA ESTADUAL ALBERTO DA SILVA PARANÁ - Ensino de 1° Grau, do Município de VENTANIA.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Criado pela Lei n° 9244, de 14 de maio do ano em curso, VENTANIA é hoje um dos mais novos Municípios do Paraná.

Contando com uma população de aproximadamente 11.000 habitantes para 4.000 eleitores, dispõe de uma infra-estrutura capaz de lhe assegurar vida própria, haja vista contar com um considerável comércio, um posto avançado do Banestado, um Cartório de Registro Civil, Casamento e Anexos, um Posto Avançado de Cooperativismo, além de outros setores como: Órgãos Públicos Estaduais e Federais. Constitui-se, também, no maior entroncamento rodoviário do Estado, com ligações asfálticas para todo o País, como importante escoadouro da produção do Estado.

Fazemos estas considerações, não apenas para enfocar a sua auto-suficiência e expressiva representatividade como contribuinte no processo econômico do Estado, mas, principalmente para ressaltar o quão necessário se faz a adoção de medidas no seu sistema de Ensino, como instrumento propulsor de evolução e de melhoria da qualidade de vida de sua população.

Por estas razões, a medida ora proposta, objetivando a implantação do Curso de 2° Grau na Escola Estadual Alberto da Silva Paraná - Ensino de 1° Grau, de VENTANIA, torna-se imperiosa, não apenas por atender ao apelo dos mais variados segmentos daquele Município, dentre políticos, associações comunitárias e a população em geral, mas por ensejar a centenas de alunos procedentes do próprio Município e demais localidades adjacentes, a oportunidade de prosseguir o seu aprendizado, evitando-se com isso que percorram longas distâncias e se vejam obrigados a arcar com um ônus que nem sempre pode ser assumido. Estes, lamentavelmente, têm sido um dos grandes motivos que vêm contribuindo significativamente para o crescente índice de desistências.

Do ponto de vista estrutural, a Escola apresenta todas as condições necessárias, tanto espaço físico quanto profissionais qualificados, nada obstando, a princípio, que se efetive a implantação do referido curso, beneficiando a clientela estudantil que há muito almeja por mais essa opção.

REQUERIMENTO N° 1395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Ilustríssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando as valiosas determinações daquela Administração, a fim de que seja viabilizada, com a brevidade que o caso requer, a instalação de um terminal telefônico público na localidade de TRINDADE, distrito de Uvaia, Município de PONTA GROSSA, objetivando atender apelo contido em requerimento de autoria do Vereador Luiz Carlos Sebastião, aprovado em sessão da Câmara Municipal de Ponta Grossa do dia 02 de maio em curso.

O requerimento em apreço, sob nº 189/90, traz em seu bojo a seguinte justificativa, cujo teor o Deputado que este subscreve ratifica na íntegra, encarecendo a adoção de medidas que visem atender a comunidade usuária de TRINDADE com este imprescindível serviço público.

"Esta reivindicação visa dar o devido atendimento a muitos pedidos dos moradores daquela localidade que, principalmente em ocasiões emergenciais, não contam com meio de comunicação mais rápido, culminando por muitas vezes em situações de maior gravidade.

Creemos que a comunidade de Trindade merece ser especialmente atendida, visto o cuidado que dispensa no tocante a preservação de áreas, cultivos diversos de forma correta, além de muitos itens de relevância, os quais bem justificam a solicitação.

A comunidade de Trindade pode ser considerada como exemplo na região dos Campos Gerais, não só pelo trato com a terra, mas, principalmente, no trato pessoal sempre respeitoso para com todos aqueles que passam ou buscam bom ambiente de convivência. Contamos com o atendimento e em nome daquela comunidade agradecemos".

Em vista do exposto, conta com o apoio de seus Pares com assento nessa Casa, a fim de que a presente proposição receba o devido acatamento.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO Nº 1397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, FERNANDO XAVIER FERREIRA, solicitando a adoção de medidas que viabilizem, no menor espaço de tempo possível, a instalação de um Terminal Telefônico público na localidade de CONCHAS VELHAS, no Município de PONTA GROSSA.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição está embasada em veemente apelo contido em requerimento da Câmara Municipal de Ponta Grossa, subscrito pelo seu autor Vereador Luiz Carlos Sebastião, o qual, em nome da comunidade moradora da localidade de Conchas Velhas, no Município de Ponta Grossa, visa sensibilizar a autoridade competente para a necessidade de instalação imediata de um terminal telefônico.

Depreende-se o pedido dos constantes reclames daquela comunidade, os quais há muito vêm se ressentindo da necessidade de contar com os benefícios desse indispensável meio de comunicação nas suas atividades diárias. Outro aspecto a ponderar e que se constitui a razão maior da presente moção, diz respeito as situações emergenciais, onde um meio de comunicação mais rápido e preciso, poderá evitar, seguramente transtornos muitas vezes de consequências irreparáveis.

#### REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, no uso de suas prerrogativas parlamentares, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado EXPEDIENTE OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ aos Excelentíssimos Senhores FERNANDO COLLOR DE MELLO, MD. Presidente da República, e DR. BERNARDO CABRAL, DD. Ministro de Estado da Justiça, nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Senhor Ministro:

O clamor da sociedade brasileira contra a impunidade nos delitos envolvendo veículos automotores nos levam, na condição de deputados à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a dirigirmo-nos a Vossas Excelências a fim de, primeiramente, prestar uma informação e, a seguir, apelar às suas sensibilidades de homens públicos.

Levamos a vossos conhecimentos, com o devido respeito, vez que há pouco tempo ocupam tão elevadas funções, que anteprojeto de lei dispondo sobre os crimes de trânsito está, desde o ano de 1980, paralisado na Pasta da Justiça.

O anteprojeto foi elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 327/B, datada de 1º de junho de 1976, e publicada no D.O.U. da mesma data, sendo integrado pelo Dr. JOÃO DE LACERDA MENNA BARRETO (presidente), Juiz de Direito do Estado do Rio de Janeiro; Dr. MARCELO DE ARAÚJO JR, Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Dr. PAULO LADEIRA DE CARVALHO, Professor de Direito Penal.

Dispondo de quarenta e um artigos o anteprojeto define as várias modalidades

de delitos no automóvel.

O Paraná vem demonstrando grande liderança na problemática do trânsito. Recentemente, em Simpósio que alcançou grande repercussão pelo PROGRAMA VOLVO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO, tivemos conhecimento, através de palestra do Dr. OCTÁVIO CESAR VALEIXO, autoridade das mais respeitadas e conhecidas na área de trânsito, da existência do mencionado anteprojeto, da sua importância e, ainda, que por informação partida do próprio Presidente do Grupo de Trabalho, o mesmo aguarda apenas despacho ministerial para publicação no D.O.U. a fim de que possa receber críticas e sugestões.

Diante do exposto, solicitamos a atenção de Suas Excelências no sentido de determinar seja esta Casa informada sobre a atual situação do referido anteprojeto de lei, assim como, Excelências, solicitamos a análise do mesmo e o conseqüente andamento com a maior urgência, pois não podemos deixar de considerar os números que ilustram essa modalidade de crime, somente em 1989: 900 mil a um milhão de sinistros; 50 mil óbitos, 250 mil inválidos permanentes e 300 mil lesões leves.

Confiando na sensibilidade e esforço que Vossas Excelências vêm demonstrando no combate à IMPUNIDADE, esperamos as providências necessárias, a fim de que se freie essa modalidade de crime impune, por meio da qual, sem exceção, apenas as vítimas pagam pela imprudência, negligência, imperícia e omissão dos chamados "assassinos do volante".

Limitados ao exposto, colhemos o ensejo para enviar-lhes nossos protestos de sincera estima e distinguido apreço, subscrevendo-nos,

Apreensivamente;

Deputados Estaduais do Paraná.

REQUER, ainda, o Deputado subscritor, dê-se ciência do presente ao Meretíssimo Juiz, DR. OCTÁVIO CESAR VALEIXO, ao coordenador do PROGRAMA VOLVO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO, ao Cmdte do Batalhão de Polícia de Trânsito de Curitiba, Cel. BORGES VIEIRA, bem como aos Vereadores com assento à CÂMARA DE CURITIBA.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1388

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Superintendente Regional da Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA, Amélia Hruschka e a Presidente da PROVOPAR, Senhora Débora Dias, solicitando a liberação

Curitiba, terça, em 22.05.90

de alimentos e cobertores para os moradores da Favelinha Ouro Verde, localizada nas proximidades da Vila Cândida, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

As precárias condições de vida a que estão expostos os moradores da referida localidade do Município de Campo Mourão, justificam a necessidade de atendimento da reivindicação supra-citada e além do mais, com a chegada do inverno, a remessa de cobertores faz-se indispensável, haja vista a carência financeira destas pessoas e suas reais e visíveis conseqüências.

Grato pela atenção que puder ser dispensada ao nosso pedido e certo de poder contar com seu atendimento dentro da brevidade que a própria questão requer, antecipo agradecimentos.

#### REQUERIMENTO N° 1386

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, solicitando estudos de viabilidade para a construção de 20 (vinte) casas populares pelo Sistema Mutirão, no Município de GUAPOREMA.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com este pedido, minimizar os graves problemas sociais decorrentes da falta de habitação para as famílias de baixa renda, dando, desta forma condições para que o município de GUAPOREMA possa atender esta extensa faixa de sua população no seu direito de uma moradia condigna. Além do mais, notificamos pessoalmente, de que existem pessoas assalariadas naquela cidade, pagando cerca de Cr\$ 2.000, (dois mil cruzeiros) de aluguéis, o que compromete de forma considerável e inaceitável o orçamento familiar.

#### REQUERIMENTO N° 1385

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando estudos de viabilidade para a designação de um completo serviço de atendimento médico-hospitalar para o Município de GUAPOREMA.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital Municipal da localidade

acima descrita está em fase de construção, e isso virá minimizar os constantes problemas que afetam aqueles moradores. Mas enquanto a viabilização da obra não é concretizada, eles ficam a mercê de um atendimento médico-hospitalar, inclusive nos casos mais comuns. Face a sensibilidade desta Secretaria acionada, ficamos no aguardo de um posicionamento dentro da brevidade que a própria questão requer.

## REQUERIMENTO N° 1383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para a execução do asfaltamento do trecho compreendido entre TRÊS PLACAS à CIDADE GAÚCHA, PASSANDO POR GUAPOREMA.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com este pedido, atender a antiga reivindicação daquelas comunidades no que tange à melhoria das vias de transporte, proporcionando o acesso mais fácil e o melhor escoamento das safras naquela região produtora. Outro benefício que este asfaltamento proporcionaria era o incentivo e a propulsão de movimento que este trecho levaria àquelas comunidades, dando vida nova e conseqüentemente promovendo o progresso das mesmas.

## REQUERIMENTO N° 1371

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná à TELEPAR - Companhia de Telecomunicação, gestionando pela instalação de um telefone público comunitário no Jardim Izaura, Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de inexistir telefone público comunitário para atender à procura dos milhares de moradores da região. É importante destacar que essa inexistência, não raramente, em situações de emergência (rádio patrulha, Corpo de Bombeiros, ambulância, etc) redunda na obstrução, se não impossibilidade, de um atendimento célere e eficiente à comunidade.

São, como já dissemos, inúmeros os moradores da localidade em questão, em sua maioria, carentes, sem meios que possibi-

litam a aquisição de uma linha telefônica própria, constituindo-se, portanto, em usuários potenciais desse serviço.

Que do teor presente seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e Vereadores do Município de São José dos Pinhais.

## REQUERIMENTO N° 1370

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBCT, encarecendo os estudos e providências necessárias para instalação de um POSTO AVANÇADO ou serviço similar para atender aos moradores do Jardim Izaura e Vila Fani, no Bairro Guatupê II, município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Tal solicitação prende-se ao fato daquele bairro possuir grande extensão territorial, além de um enorme contingente de moradores, quase sem condições de dirigirem-se até a sede do município para depositar e receber suas correspondências.

Sabedores que somos do empenho da EBCT em deflagrar o melhor serviço possível em favor da comunidade, confiamos nos estudos e providências a serem indicados com a finalidade de atender à solicitação expressa.

Acompanha o presente requerimento nota fiscal de estabelecimento comercial da região, onde seria conveniente a instalação do posto com vistas a facilitar o acesso da população a esse confiável e prestimoso serviço desenvolvido pela EBCT.

Que do presente se dê ciência ao Senhor Prefeito Municipal e vereadores do Município de São José dos Pinhais.

## REQUERIMENTO N° 1362

Senhor Presidente.

Com apreensão o povo brasileiro, especialmente as lideranças políticas, classistas ou populares e intelectualidade de modo geral, acompanham o desenvolvimento do "Plano Collor".

Se é verdade que por ele todos os brasileiros foram chamados a contribuir com uma cota de sacrifício, também é verdade que a cota-parte dos assalariados e aposentados, proporcionalmente, foi infinitamente maior do que a exigida de outros setores. Os assalariados novamente foram chamados a pagar a conta.

Num primeiro momento a euforia, a desinformação ou a perplexidade anuviaram a realidade dos fatos. Aos poucos, entretanto, foi possível perceber a "opção de classe do Plano Collor", qual seja, a pri-



vatização do Estado e o privilegiamento de setores localizados da elite nacional e internacional, apesar do discurso. Aos assalariados e aposentados em particular e às classes baixa e média em geral foi reservada "a sorte" de pagar o ônus da "aventura". Desemprego, recessão, arrocho salarial, redução de jornada de trabalho com a conseqüente redução de salário são alguns dos "monstros" que povoam o sono dos trabalhadores, num pesadelo permanente. Lamentavelmente a história se repete com a mesma crueldade de sempre.

O vai-e-vem de medidas desastradas, ilegais ou inconstitucionais e o diuturno "afirma-desmente" das autoridades colloridas, completam o cenário trágico, fornecendo a impressão de que estão trasformando o Brasil em laboratório experimental.

Diante deste quadro desalentador, compete ao Congresso Nacional a tarefa histórica de fazer cumprir suas prerrogativas, impondo-se como Poder representativo, normatizador e fiscalizador. Nesta hora, em particular, cabe ao Congresso a tarefa de definir uma política salarial para o País que garanta os mais elementares direitos à vida, à comida, moradia, saúde, enfim, ao trabalho com remuneração adequada.

O mínimo de parâmetros legais é necessário para orientar os cidadãos brasileiros. Não se pode conviver com a insegurança diária provocada pelo humor frio e calculista dos economistas de plantão ou por índices mais ou menos forjados por um ou outro instituto de pesquisa.

Pelo exposto, Senhor Presidente, REQUEIRO, após manifestação do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, Paes de Andrade, Presidente da Câmara dos Deputados e ao Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, solicitando a aprovação de uma política salarial para os trabalhadores do Brasil.

Ao final, Requer, envio de cópia do presente requerimento às federações e sindicatos de trabalhadores, bem como às associações de moradores no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 1393

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Senhor Adelino Ramos, MD. Secretário de Estado da Fazenda, onde solicita seja mantido o funcionamento da Agência de Rendas no Município de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Embora reconheçamos a necessidade da reforma administrativa que ora se implanta na administração pública estadual e, em razão de representarmos aquele progressista município, solicitamos especial empenho de Vossa Excelência, no sentido de manter a permanência da Agência de Rendas no citado município.

Jacarezinho representa, hoje, verdadeiro pólo comercial, sobretudo, pela sua privilegiada situação geográfica, fazendo vizinhança com o Estado de São Paulo, em especial, com o município de Ourinhos, mantendo, com este, estreito relacionamento comercial.

Leva-se em conta, ainda, que o município possui um comércio pujante e atuante, com a existência, ainda, de um complexo cultural representado pelos estabelecimentos de ensino superior formado pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Ciências e Letras e de Educação Física, incluindo-se, nesse contexto sócio-econômico, as atividades agro-pastoris.

Considerando-se, outrossim, que a Agência de Rendas local é uma das que mais arrecada na Região Pioneira, sua permanência se faz necessária, pelo excelente atendimento que presta ao município.

#### REQUERIMENTO N° 1394

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feito através da Secretaria de Estado da Educação o atendimento urgente das reivindicações da Escola Estadual Dois Vizinhos Ensino de 1° Grau e Associação de Pais e Mestres - A.P.M., ambas localizadas no município de Dois Vizinhos - PR. No sentido de ampliar a qualidade de ensino e resolver assim, os problemas de infra-estrutura, no que se refere:

1° - Construção de mais salas de aula para atender uma clientela crescente a todo ano, principalmente nas quintas séries;

2° - Construção de sala para práticas de laboratório, bem como material, para desenvolver de forma eficiente os conteúdos das disciplinas que exigem um ambiente adequado;

3° - Local apropriado para realização de reuniões, encontros, debates, sessões literárias, com os pais e alunos;

4° - Aquisição de livros de literatura infantil e juvenil e livros para pesquisa, para a biblioteca ser reativada;

5° - Aumento de verba do S.R.D. para que a escola tenha condições de suprir as necessidades básicas;

6° - Aquisição de bebedouros e circuladores de ar, uma vez que nosso clima é



quente e as salas de aula não contém ventilação adequada;

7° - Construção urgente de muro no pátio da escola, evitando o acesso de maus elementos, principalmente no período noturno;

8° - Reforma e ampliação de banheiros, que se encontram em péssimas condições de uso;

9° - Cortinado nas salas de aula, evitando que os alunos fiquem diretamente expostos aos raios solares;

10° - Aquisição de material para a prática desportiva.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, dando-se ciência deste a Direção, ao Corpo Docente e a Associação de Pais e Mestres - A.P.M., da Escola Estadual Dois Vizinhos Ensino de 1° Grau, ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PDT, PSDB, PT, PFL, PDS e PMDB do Município de Dois Vizinhos, a Rádio Educadora e ao Jornal Folha do Vale e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do Sudoeste do Paraná, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Dois Vizinhos, localizado no Sudoeste paranaense, um dos mais populosos da região, conta com mais de quarenta mil habitantes, portanto um município jovem e bem estruturado, mas está clamando e reivindicando maiores condições para melhorar a qualidade de ensino público aplicado no município.

Reivindicações neste sentido estão sendo feitas pela direção da Escola Estadual Dois Vizinhos Ensino de 1° Grau, juntamente com a Associação de Pais e Mestres - A.P.M., que através do ofício n° 06/90, datado de 08 de março de 1990, encaminhado ao Vereador Jair Fernando Sartoreto, Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, onde manifestam grandes dificuldades em atender satisfatoriamente a demanda escolar deste ano.

Através do encaminhamento e solicitação datado de 14 de março de 1990, o referido Vereador, somado à comunidade, social, educacional e estudantil de Dois Vizinhos, nos solicitou a soma de esforços pelo atendimento urgente das reivindicações feitas pela Escola Estadual Dois Vizinhos Ensino de 1° Grau, juntamente com a A.P.M. local, conforme solicita a súmula deste requerimento.

Nós como representantes do Município de Dois Vizinhos no Parlamento paranaense, sabemos que é necessário criar condições adequadas de ensino para que os estudantes tenham um aproveitamento à altura de suas pretensões, em instalações condizentes com

o esforço de deslocamento da grande maioria estudantil.

Temos a certeza que os alunos frequentam esta fonte de saber, a Escola Estadual Dois Vizinhos Ensino de 1° Grau, com certeza do mais pobre ao mais rico, todos têm o mesmo objetivo, que é: saciar sua sede de cultura.

O atendimento urgente destas solicitações, certamente levará mais progresso e cultura a toda a classe de educadores e alunos de Dois Vizinhos, no sentido de ampliar a qualidade de ensino e resolver assim, os problemas de infra-estrutura.

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais municípios com sua política avançada de educação.

Através deste, confiamos nos investimentos neste setor, faz-nos crer, na urgência do atendimento.

REQUERIMENTO N° 1369

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos anais do Poder Legislativo do Estado o artigo "Aos velhos, túmulo", na lavra do ilustrado jornalista Renato Schaitza, publicado no Jornal O Estado do Paraná do dia 18 de maio próximo passado.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

"O 30 de abril de 1990 foi um dia da vergonha. Milhões de aposentados brasileiros se apinhavam nas filas do banco, no último prazo para resgatar poupanças ganhadas com o trabalho deles. Eram pais, eram avós, eram trabalhadores brasileiros, naquelas filas, sofrendo sacrifício de resgatar dinheiros importantes para a própria sobrevivência".

Num belo artigo, iniciado desta forma, o jornalista Renato Schaitza, descreve a forma desrespeitosa e quase desumana que o Governo vem adotando no trato com os idosos.

Pessoa de profundas preocupações com a questão social, o jornalista autor da matéria tem o hábito de fazer da sua coluna uma espécie de "tribuna" onde interpreta e propaga os anseios e necessidades maiores da população. Vide seus desdobramentos em favor, por exemplo, dos idosos, por ocasião da questão do transporte gratuito, das poupanças e do IPTU.

Renato Schaitza é um valor, patrimônio do Paraná, e suas palavras são sempre adequadas, expressão verdadeira do necessário sem espaço para o excesso. Por isso, merecem constar dos nossos Anais Legislativos.

Que do presente se dê ciência ao homenageado e à Direção do Jornal O Estado do

Paraná, nesta capital.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 060/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no Município de Rancho Alegre D'Oeste, com território desmembrado do Município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia na linha de divisas das Glebas 15 e 23 no Rio Comissário ou Vieiras. Do ponto inicial segue pela linha de divisa das Glebas 15 e 23 até o Rio Caracol, sobe por este até a ponte na Estrada M5, segue por esta até a Estrada Jaracatiá - Arapuan, por esta até a ponte sobre o Rio Caracol, sobe por este até o prolongamento da Estrada Fazenda Santo Antônio, deste ponto em linha reta e seca, numa distância aproximada de 1500 metros até a Estrada Fazenda Santo Antônio, segue por esta até a BR 272, por esta até a linha de divisa das Glebas 10 e 13, por esta linha de divisa rumo Norte-Sul até a Estrada da Divisa ou GO 190 (Divisa Intermunicipal com Janiópolis), segue por esta até a ponte do Rio Comissário ou Vieiras, desce por este até a linha de divisa das Glebas 15 e 23 ponto inicial e final".

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de Rancho Alegre D'Oeste:

"Inicia no encontro da Avenida Um com a PR-472. Segue pela PR-472 até a quadra 3, contornando-a e incluindo-a até a Rua Dois; por esta até a Rua 1, Rua 1 até a Rua 6, Rua 6 até a Rua Morta (que é divisa do Lote Rural 75), Rua Morta até a Avenida Um, Avenida Um até a Rua Morta 2 (que é divisa do Lote Rural de Sebastião Moreira), Rua Morta 2 até a quadra 28, segue até o canto da quadra 28 (incluindo-a) e deflete incluindo a quadra 29 até a Rua 3, deste ponto segue no mesmo rumo da Rua 3 até a quadra 60, contornando-a e incluindo as quadras 60, 61 e 62, deste ponto segue rumo Norte até atingir a Travessa Sem Nome, deste ponto segue rumo Oeste até o final da quadra 27, deste ponto rumo Norte até o encontro da Avenida Um com a PR-472, ponto inicial e final".

Artigo 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 061/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga, com as seguintes divisas e confrontações com sede na localidade de Guamiranga: tem seu início na Barra do Rio Lajeado com o Rio dos Patos, divisa dos Municípios de Prudentópolis e Ivaí, seguindo-se pelo Rio Lajeado acima, passando pela barra do Rio Guamiranga, encontrando o Arroio dos Gaviões, dividindo com o município de Ivaí. Deste ponto segue-se pelo arroio do Tigre, até encontrar a barra do Rio Ribeira. Segue-se pelo Rio Ribeira, até encontrar a estrada Municipal, sentido Bela Vista. Deste ponto pela estrada Municipal até alcançar o Rio Barreiro, dividindo com o município de Imbituva. A seguir ainda pelo Rio Barreiro, dividindo com o município de Prudentópolis (região dos Lapeanos), até alcançar a divisa do Município de Prudentópolis (Mato Queimado), chegando no Rio Manduri. Segue-se pelo Rio Manduri até encontrar o Rio Algodão, fazendo divisas com o Município de Prudentópolis, encontrando o Rio dos Patos. Segue-se pelo Rio dos Patos, dividindo com o Município de Prudentópolis até encontrar o ponto de partida, fechando o Perímetro do futuro Município de Guamiranga.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) VERA AGIBERT

Apoio: Renato Adur, Artagão Mattos Leão, Djalma de Almeida César, Lauro Lobo Alcântara, Cândido Bastos, Orlando Pessuti e Werner Wanderer.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 315/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Assistência Social Evangélica Betânia (ASSEB), com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A entidade Assistência Social Evangélica Betânia "ASSEB", que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi instituída pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Toledo, em 14 de maio de 1979.

A "ASSEB", é pessoa jurídica de direito privado, não tem fins lucrativos, sendo

seu caráter social, eminentemente, benéfico, cultural e educacional.

A ASSEB, promove o atendimento social, benéfico, cultural e educacional, a qualquer pessoa, independentemente da sua raça, cor, condição social, credo religioso ou político, orientando suas atividades dentro dos princípios cristãos.

Além das finalidades acima enumeradas, a ASSEB, tem ainda por objetivo, promover, organizar e manter, entidades tais como: creches, casas-lar, escolas, núcleos de Assistência Social, centro de recuperação e asilos, destinados ao atendimento do menor e do adulto carente, do deficiente físico e do idoso.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua filosofia de trabalho, a ASSEB, integra e mantém estreita cooperação com a Confederação Evangélica de Assistência Social do Paraná.

Pelos fatos de tanta relevância, acima expostos, estamos certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI N° 316/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1° - Autoriza o Poder Executivo a reconhecer de Utilidade Pública, a CRECHE MARIA APARECIDA DE LIMA, com sede na Av. Marechal Deodoro, no Município de Campina da Lagoa - PR.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) LEONIDAS CHAVES

JUSTIFICATIVA:

A CRECHE MARIA APARECIDA DE LIMA, criada em 05.10.83, no Município de Campina da Lagoa, Paraná, é uma associação de fins não lucrativos, instituída com a finalidade de atender às crianças cujas mães precisam trabalhar fora da lar.

A entidade, atualmente, presta serviços à 130 crianças, entre 0 e 14 anos de idade, fornecendo-lhes assistência médica e social, através dos cursos maternal e jardim de infância.

A associação precisa da declaração de Utilidade Pública Estadual a fim de que possa obter ajuda da Legião Brasileira de Assistência, bem como de outros órgãos assistenciais estaduais.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI N° 317/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUVA/PR".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.90.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMBITUVA/PR, fundada em 09/09/1986, no Município de Imbituva, Paraná, é uma associação de fins não lucrativos instituída para promover a assistência a quantos dela necessitarem, sem qualquer distinção.

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva/Pr, encontra-se de acordo com as normas instituídas para ser declarada de utilidade pública.

As declarações em anexo vêm comprovar suas finalidades, razão pela qual solicitamos aos nobres Pares a sua aprovação para o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, a minha questão de ordem visa indagar, à Presidência desta Casa, quando será promulgado o Projeto de Lei n° 233/90, já que não mantivemos o veto apostado por Sua Excelência o Senhor Governador. O prazo já expirou e só resta à Presidência deste Poder marcar a promulgação do Projeto de Lei n° 233/90. É isto que este Parlamentar quer saber de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto foi enviado ontem ao Senhor Governador, sendo recebido pela Assembléia com as horas, e após 48 horas, a Presidência vai promulgar esta determinação da Assembléia.

O SR. PEDRO TONELLI - Tem uma segunda questão de ordem, Senhor Presidente.

A segunda questão de ordem, faço referência aos outros três projetos: os Projetos de Lei n.ºs 232/90, 234/90 e 235/90. Também foram vetadas as emendas que foram aprovadas neste Parlamento e nós apreciamos aqui o veto do Projeto n° 233/90. Indago o que ocorrerá, em breve teremos na Ordem do Dia a apreciação dos vetos dos demais projetos de lei?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai aguardar a decisão do Poder Executivo, no caso dos funcionários públicos, e em seguida colocará na Ordem do Dia estes vetos também.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDS.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDC.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDT.

(Declina).

Consulta à Liderança do PFL.

(Declina).

Consulta à Liderança do PTB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PRN.

(Declina).

Consulta à Liderança do PL.

(Declina).

Consulta à Liderança do PSDB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PMDB.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 35/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 35/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que cria o Município de GUARAITUBA, com território desmembrado do Município de Colombo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 204/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a estadualização e denomina trecho da rodovia PR-082. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 264/89, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Formosa do Oeste-PR, o imóvel urbano que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente. Apenas para registrar o item dois, Projeto nº 264/89, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Formosa do Oeste, PR, o imóvel urbano que especifica. Nós votamos a favor e isto, demonstra que a mensagem da reforma administrativa, onde inúmeros terrenos situados no Paraná, inclusive em vários municípios, são objeto de proposta de venda por parte do Executivo Estadual.

Neste sentido, queremos apenas registrar que estamos aqui aprovando uma doação ao município, que seria a forma mais correta de dar encaminhamento a estes imóveis que o Estado possui em vários municípios do interior.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Só para esclarecer ao Deputado Nereu Massignan que concordo até que em alguns setores a reforma administrativa existe. Esse terreno dos municípios são terrenos que o próprio município doou ao Estado e no período X, não foi construído um que foi especificado, então volta ao município.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então isso mostra a incoerência do Governo, que se dispõe a vender todos os terrenos do Estado em qualquer município do Paraná, inclusive do ITCF, da granja do Canguiri,

e o que mais me preocupa é isso, a incoerência, quer dizer, nós Parlamentares, temos essa possibilidade de fazer doações aos Municípios que eu acho razoável e racional, enquanto o Governo do Estado ao invés de se preocupar em fazer essas doações aos Municípios propõe uma venda pura e simples, sobre a justificativa de aumentar o caixa do Governo do Estado, quando na verdade nós sabemos que isso não vai beneficiar o Estado de maneira nenhuma.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 43/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que denomina de "PREFEITO ATÍLIO CHAVES DA SILVA", a rodovia PR-471, do entroncamento com a PR-180, na localidade de Vista Alegre, ao entroncamento com a PR-281, no Município de Salto do Lontra. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 46/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que concede pensão mensal de dois salários-mínimos para a viúva do Senhor Ivo Pedro Feiten, ex-prefeito do Município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 47/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que concede pensão mensal de dois salários-mínimos para a viúva do ex-prefeito Atílio Chaves, do Município de Enéas Marques. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/90, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que estabelece regras para o uso, pelo Poder Público estadual, das formas e meios de comunicação sociais na sua publicidade obrigatória, divulgação de realizações estaduais ou campanhas ou patrocínios de interesse público e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões do Projeto de Lei n° 171/90.- Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu concordo, já conversamos com o Líder e o ex-Líder do Governo, desde que não seja um destino eterno para as gavetas, esperamos que daqui a três sessões o projeto retorne, porque é um projeto de fundamental importância para a

Administração Pública do Estado do Paraná.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 227/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 9.057/89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 284/90, de autoria dos Deputados JOÃO ARRUDA e CAÍTO QUINTANA, que cria "ad referendum" de plebiscito, o Município de FLOR DA SERRA, desmembrado dos Municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro; e dá os limites e confrontações da área abrangida. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 170/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de CANDÓI, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com sede na localidade de Candói. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 170/89

#### PARECER:

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, visa criar o Município de Candói, com território desmembrado do Município de Guarapuava.

Procedida a sua análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando o presente plano de lei em condições de apreciação pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis, tendo em vista o resultado favorável do plebiscito realizado no dia 13 de maio de 1990, pelo Tribunal Regional Eleitoral, que teve como universo de votantes o de 5786 eleitores, sendo que destes 5359 manifestaram-se positivamente à criação do referido Município e, 368 contrariamente, tendo a consulta ainda 38 votos em branco e 21 nulos.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL ao presente projeto de lei, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Pro-

jeto de Lei n° 170/87.- Aprovado. Fica portanto, retirada da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 170/87.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 20/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de SANTA MARIA DO OESTE. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado. COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 020/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, visa criar o Município de Santa Maria do Oeste, com as divisas que especifica.

Procedida a sua análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, estando o presente plano de lei em condições de ser apreciado pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis, tendo em vista o resultado favorável do plebiscito realizado no dia 13 de maio de 1990, pelo Tribunal Regional Eleitoral, que teve como universo de inscritos a votos de 3201 eleitores, dos quais votaram 3041, sendo que destes, 2863 manifestaram-se positivamente à criação do referido Município e, 146 contrariamente, tendo a consulta ainda 03 votos em branco e 29 nulos.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL ao presente projeto de lei, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 21.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 178/90, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de ALTO ALEGRE, desmembrado do Município de Colorado e com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 178/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso e outros, tem por finalidade criar do resultado do plebiscito, o Município de Alto Alegre, desmembrado do Município de Colorado, com

Curitiba, terça, em 22.05.90

as divisas que especifica.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral, manifesta-se FAVORAVELMENTE à aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 1.392, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1.391, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1.382 e 1.381, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1.379, de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1.363, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1.367, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Vossa Excelência está transferindo alguns requerimentos para a sessão de amanhã, e ontem já falava que a questão do Orçamento entraria na sessão de depois de amanhã, conseqüentemente, seria amanhã. Amanhã parece-me que há uma Sessão Solene, eu faria um apelo à Presidência da Mesa Executiva e aos demais Parlamentares, se houvesse a possibilidade de se fazer uma sessão amanhã pela manhã, para que nós pudéssemos adiantar a discussão com relação ao Orçamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está convocando as Lideranças para se reunirem e tratarem o..... com o objetivo de se votar o Orçamento na quinta-feira, na base de acordo de Lideranças, há várias idéias, a Mesa solicita aos Líderes de todas as Bancadas, inclusive, a Liderança do Governo, para que se reúnam e decidam ou não decidam a matéria sobre o Orçamento, que será apreciada na sessão de quinta-feira.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual o local e horário que as Lideranças estão convocadas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isso é problema das Lideranças, eu só convindo.

O SR. PEDRO TONELLI - Nós temos que adivinhar, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode adivinhar, se quiser adivinhar, pode.

Requerimento de nº 1.362, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1.394, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1383, 1385, 1386, 1388, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1387, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1369, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimentos de nºs 1368, 1370, 1371, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1395, 1396, 1397, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1374, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1364, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1365, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1390, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1393, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1398, de autoria do Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1361, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento do Deputado Orlando Pessuti, que a Mesa pede vênica para Sua Excelência em não aceitar o requerimento, de Sessão Extraordinária para a concessão de título à Dra. Rosi. Nós temos pouco tempo, vamos entrar em período de férias em julho, e a Mesa solicita ao Deputado que transfira para agosto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estamos pedindo a atenção de Vossa Excelência porque estamos tentando conversar com as Lideranças e já é quase que unânime que se faça uma sessão amanhã, às 10 horas da manhã, já apreciando o orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que não há tempo hábil, porque são várias as sugestões. Eu sugiro que seja feita na quinta-feira.

Então, a revisão orçamentária será procedida na manhã de quinta-feira, em Sessão Extraordinária. Esta sessão, só será dedicada à revisão orçamentária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para manhã, quarta-feira, dia 23, às quinze horas uma Sessão Solene para outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Haroldo Gallassini.

Marca ainda para quinta-feira, dia 24, as dez horas, uma Sessão Extraordinária, para apreciar o Projeto de Lei nº 262/90 (Revisão Orçamentária). E para as quatorze horas, uma Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 169/86, 401/89

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 31/90

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 20/89, 178 e 293/90

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 390/89, 30/90, 33/90, 269/90, 188/89

Levanta-se a sessão.



MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA O REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 22 DE MAIO DE 1990.

Aos Velhos, Túmulo.

RENATO SCHATZ

Jornal do Estado do Paraná de 18.05.90

O 30 de abril de 1990 foi um dia de vergonha. Milhões de aposentados brasileiros se apinhavam nas filas do banco, no último prazo para resgatar poupanças ganhadas com o trabalho deles. Eram pais, eram avós, eram trabalhadores brasileiros naquelas filas, sofrendo sacrifício de resgatar dinheiros importantes para a própria sobrevivência.

Naquele dia o corte real agitou-se, o espetáculo dos velhos nas filas comoveu o país. Certa ministra disse que os aposentados tiravam seu dinheiro naquele dia das suas contas de poupança ou se danavam no congelado frigorífico do Banco Central.

O prazo dos saques foi prorrogado, nesse dia 30 da vergonha. Os velhos que estavam nas filas não souberam da novidade. Continuaram ali, nas filas, esperando o milagre de receber seu próprio dinheiro.

O presidente da federação dos aposentados de São Paulo usou uma definição que ficou gravada na crônica das injustiças brasileiras:

- Fomos tratados como cachorros.

O aposentado brasileiro merece tudo. Carinho, gratidão, quando menos respeito. Está sendo humilhado, injustiçado, como casca de laranja chupada que se joga na lixeira.

A Câmara Federal, por sua Comissão de Finanças e Tributação, uma representação política da sociedade, aprovou que as aposentadorias da Previdência não mais sejam calculadas tendo como informação a quantia chamada salário mínimo.

Já temos um salário mínimo fraudado. Essa importância hoje batizada como índice de referência mal sustentaria um cachorro em dieta de bofe com polenta.

Ainda assim a Previdência sente-se ameaçada de explodir, se as pensões e aposentadorias forem reajustadas num mesmo sistema que subvaloriza o trabalho dos brasileiros pobres.

Aos velhos, menos ainda. Aos aposentados, dê-se o túmulo.

Triste é uma sociedade assim. Condena os seus criadores, os ancestrais, à mesma miséria que sentenciava tantas crianças da infância abandonada.

Não há poesia nem visionarismo na avaliação da injustiça. A previdência social brasileira teria que dar matematicamente certo, como qualquer companhia de seguro. É o que os economistas chamam de cálculo atuarial, ou avaliação de probabilidades.

Os resultados da equação sobre a qual foi armada nossa Previdência Social diz: apropriadas contribuições do trabalhador ao longo de sua atividade produtiva, é possível manter a mesma remuneração até a morte, amparar seus descendentes e ainda manter um fundo lucrativo de amparo à saúde.

O sonho só ficou por conta da honestidade na gerência dos recursos que passam pela administração pública.

Essas contribuições foram sendo aumentadas, tanto na parcela dos trabalhadores quanto das empresas, sem que o Poder Público jamais contribuisse com a obrigação prevista pelo projeto original. Bem ao contrário, o gerente imperial, sonegador, usou o dinheiro do trabalhador como quis.

Os fundos da previdência foram sendo misturados aos recursos do Tesouro Nacional, sumiram.

(Essa palavra tesouro, para nominar os recursos públicos, é engraçada. Abre-se a arca: lá dentro só está a coisa que os homens de vida pública fazem na privada):

Uma grande reivindicação nacional por conta do sindicalismo, seria que trabalhador e empresário retomassem o dinheiro que geram na produção, confiscado pela previdência como se fosse imposto. É tanto dinheiro - dizem - que alcança o status de orçamento só inferior aos recursos administrados pela União. Uma fortuna de tal porte que desorganizaria a sociedade.

As sociedades modernas preferiram jogar a seguridade do trabalhador na iniciativa privada, onde é fiscalizada com leis tão severas quanto aplicadas. Cada trabalhador escolhe sua própria sorte. Cria suas precauções sem estar obrigado, honesta opção onde se valoriza o livre arbítrio.

O estado só intervém - como executivo da sociedade - na hora que se depara com a miséria, desgraça fortuita e excepcional.

O aposentado, na verdade, não está recebendo favor nenhum. No cálculo matemático, está recuperando o dinheiro que depositou ao longo de uma vida de trabalho.

É o que diz a matemática, pelos cálculos atuariais. Na realidade brasileira, ficou fora o sinal algébrico chamado patifaria.